

## EDITAL RETIFICADO

### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 30/PMCB/FMS/2023 PROCESSO DE COMPRA Nº 30/PMCB/FMS/2023 CHAMADA PÚBLICA Nº 04/PMCB/FMS/2023

**CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO DE VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO DE RÁDIO/DIFUSÃO ATRAVÉS DE EMISSORA AM E FM, PUBLICAÇÃO DE JORNAL/REVISTAS IMPRESSO, PORTAIS DE NOTÍCIAS E MÍDIA TELEVISIVA PARA DIVULGAÇÃO DE MATÉRIAS INSTITUCIONAIS, EVENTOS, CAMPANHAS EDUCATIVAS, INFORMATIVAS E DE INTERESSE PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CAPIVARI DE BAIXO/SC.**

MULTI ENTIDADES, o Município de Capivari de Baixo torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar que fará realizar PROCESSO DE CREDENCIAMENTO destinado a seleção de emissoras de rádio, jornal, revistas, portais de notícias e mídia televisiva que sejam geradoras – comerciais ou educativas - com abrangência e cobertura no município de CAPIVARI DE BAIXO, para veiculação de propaganda institucional da Prefeitura e Fundo Municipal, em conformidade com os Anexos deste Edital.

O envelope contendo a DOCUMENTAÇÃO deverá ser entregue a partir do dia 08/05/2023, das 07h00min às 13h00min, no Setor de Licitação, localizado à Rua Ernani Cotrin, 187 - Centro, Capivari de Baixo/SC.

#### 1. DO OBJETO

1.1. O presente CREDENCIAMENTO tem por objeto a seleção de emissoras de rádio, jornais, revistas e mídia televisiva, que sejam geradoras – comerciais ou educativas – e que tenham abrangência e veiculação no Município de CAPIVARI DE BAIXO, para emissão de propagandas institucionais da Prefeitura Municipal de Capivari de Baixo/SC, em conformidade com os Anexos deste Edital.

1.2. As propagandas institucionais mencionadas no item anterior, referem-se a inserções, programas de utilidade pública e campanhas institucionais de interesse do

Município de CAPIVARI DE BAIXO, objetivando levar à população da cidade conteúdo informativo e educativo e de orientação social, destinado a informar os munícipes sobre os serviços, publicidade institucional ou promocional de ações, eventos e serviços prestados pelo Município de Capivari de Baixo, em conformidade com os anexos desde Edital.

1.3. A publicidade deverá ser inserida em espaços a serem definidos pela Administração Municipal, através da respectiva Secretaria por meio da Assessoria de Imprensa, conforme a demanda e a disponibilidade de programação de cada emissora;

## 2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

2.1 – Os serviços serão executados durante a vigência do contrato, a partir da data de assinatura do contrato de credenciamento e conforme solicitação de publicidade emitida por cada Secretaria.

2.2 - As inserções e publicações institucionais serão distribuídas entre as empresas credenciadas, de acordo com planejamento de mídia realizado pelo Município de Capivari de Baixo, através da sua assessoria de imprensa.

2.3 – O cadastramento do veículo, se aprovadas as condições previstas neste edital, não significa que o mesmo será **COMPULSORIAMENTE** incluído na lista de contemplados com publicidade da Prefeitura Municipal.

2.4– A Prefeitura, através da Assessoria de Imprensa e do setor de Licitações e Compras, poderá exigir antes, durante ou depois das campanhas publicitárias a comprovação de audiência (rádio e TV), tiragem/nº de impressão (impressos) ou visitas/cliques (mídia digital).

2.5 – Os serviços serão executados conforme a demanda, por preço unitário, nos seguintes valores:

Item	Descrição	Valor
01	Inserções gravadas em rádio AM/FM, de 15 segundos	R\$ 64,00 (sessenta e quatro reais)
02	Inserções gravadas em rádio AM/FM, de 30	R\$ 119,00 (cento e dezenove

	segundos	reais)
03	Inserções gravadas em rádio AM/FM, de 45 segundos	R\$200,00 (duzentos reais)
04	Inserções gravadas em rádio AM/FM, de 60 segundos	R\$235,00 (duzentos e trinta e cinco reais)
05	Inserções gravadas em rádio AM/FM, de 90 segundos	R\$270,00 (duzentos e setenta reais)
06	Jornal de conteúdo informativo e prioritariamente regional, publicidade ½ (meia página) colorida (26 cm de largura por 18 cm de altura)	R\$ 1.370,00 (um mil, trezentos e setenta reais)
07	Jornal de conteúdo informativo e prioritariamente regional, publicidade 1/4 de página colorida (12,8 cm de largura por 18 cm de altura)	R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais)
08	Publicação em revista, publicidade em página de tamanho 21x27,5	R\$ 11.300,00 (onze mil e trezentos reais)
09	Publicação em revista, publicidade em página de tamanho 21,5x28,2	R\$ 15.700,00 (quinze mil e setecentos reais)
10	Portal eletrônico de notícias, com visualização mínima de 5.000 leitores mensais, banner pop up de abertura.	R\$3.713,00 (três mil, setecentos e treze reais)
11	Portal eletrônico de notícias, com visualização mínima de 5.000 leitores mensais, banner capa/topo.	R\$ 4.007,00 (quatro e sete reais)
12	Portal eletrônico de notícias, com visualização mínima de 5.000 leitores mensais, banner lateral.	R\$ 2.830,00 (dois mil, oitocentos e trinta reais)

13	Mídia televisiva, com cobertura regional, inserção de 30 segundos	R\$315,00 (trezentos e quinze reais)
14	Mídia televisiva, com cobertura regional, inserção de 45 segundos	R\$472,50 (quatrocentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos)
15	Jornal de conteúdo informativo regional diário – página colorida, publicidade ¼ de página (12,8cm de largura x 18cm de altura)	R\$1.420,00 (mil quatrocentos e vinte reais)
16	Jornal de conteúdo informativo regional diário – página colorida, ½ página (26cm de largura x 18cm de altura)	R\$2.370,00 (dois mil trezentos e setenta reais)
17	Jornal de conteúdo informativo regional diário – 1 página (26cm de largura x 18cm de altura) em núcleos.	R\$3.890,00 (três mil oitocentos e noventa reais)
18	Jornal de conteúdo informativo regional diário – publicidade ¼ de página preto e branco (12,8cm x 18cm de altura)	R\$1.200,00 (mil e duzentos reais)
19	Jornal de conteúdo informativo regional, publicidade 1 página (26cm de largura x 33cm de altura)	R\$2.000,00 (dois mil reais)
20	Publicação em revista ½ página, publicidade de tamanho (21cm x 14cm)	R\$6.000,00 (seis mil reais)
21	Publicação em revista ¼ página, publicidade de tamanho 10, (5cm x 14cm ou 21cm x 7cm)	R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais)

### 3. ESCLARECIMENTOS, CREDENCIAMENTO E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 A intimação e a divulgação dos atos do presente CHAMAMENTO PÚBLICO serão feitas por publicação no Diário Oficial do Município e site oficial, podendo também a Comissão de Licitação fazê-lo por outros meios de comunicação.

3.2 Os interessados devem examinar todas as disposições deste EDITAL, implicando a apresentação de documentação e respectivas propostas na aceitação incondicional dos termos deste instrumento convocatório.

### 3.3. ESCLARECIMENTOS SOBRE O CHAMAMENTO PÚBLICO E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

3.3.1. Poderão participar deste CREDENCIAMENTO as empresas especializadas que satisfaçam plenamente todos os termos e condições deste EDITAL.

3.3.2. As empresas interessadas que necessitarem de informações e esclarecimentos complementares relativamente ao presente EDITAL deverão fazê-los por escrito, mediante requerimento, aos cuidados da Comissão de Licitação, na Rua Ernani Cotrin, 187 - Centro – Capivari de Baixo, SC. O pedido também poderá ser endereçado para o e-mail: licitação.pmcba@capivaridebaixo.sc.gov.br, no mesmo prazo.

3.3.3. Nos pedidos encaminhados, os interessados deverão identificar (CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone, e-mail).

3.3.4. As respostas a todos os pedidos de esclarecimentos serão endereçadas aos interessados e farão parte integrante do processo referente ao Chamamento Público para todos os efeitos de direito.

3.3.5. Não sendo formulados pedidos de informações e esclarecimentos sobre o Chamamento Público pressupõe-se que os elementos fornecidos no EDITAL são suficientemente claros e precisos para todos os atos a se cumprirem no âmbito do processo de CREDENCIAMENTO, não restando direito as empresas interessadas no credenciamento, para qualquer reclamação ulterior, dado que a participação no Chamamento Público implica a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste EDITAL.

3.3.6. A impugnação do EDITAL por qualquer das empresas interessadas deverá ser feita até segundo dia útil que anteceder à data final prevista para entrega dos envelopes

da documentação, mediante requerimento, aos cuidados da Comissão de Licitação, na Rua Ernani Cotrin, 187 - Centro – Capivari de Baixo.

3.3.7. Decairá do direito de impugnar os termos do presente EDITAL qualquer das empresas especializadas que não o fizer no prazo estabelecido no item anterior.

### 3.4. DILIGÊNCIAS, ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES E SANEAMENTO DE FALHAS.

3.4.1. A Comissão de Licitação pode, a seu critério, em qualquer fase do PROCESSO DE CREDENCIAMENTO, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do CHAMAMENTO PÚBLICO.

3.4.2. As empresas especializadas interessadas em participar da presente chamada pública, são responsáveis pela veracidade das informações prestadas e dos documentos apresentados, sob pena de sujeição às sanções previstas nas legislações civil, administrativa e penal.

3.4.3. Os esclarecimentos e as informações prestadas por quaisquer das partes terão sempre a forma escrita, e estarão a qualquer tempo disponível no processo do CHAMAMENTO PÚBLICO.

3.4.4. O presente PROCESSO DE CREDENCIAMENTO será processado e julgado pela Comissão de Licitação, obedecidas as regras gerais estabelecidas nos itens seguintes.

### 3.5. DO CREDENCIAMENTO

3.5.1. O pedido de credenciamento e a documentação deverão ser entregues à Comissão Licitação, sito à Rua Ernani Cotrin, 340 – Centro – Capivari de Baixo/SC, a partir de 08/05/2023, na forma especificada no item 4.3.

3.5.2. O pedido de credenciamento deverá ser apresentado em papel timbrado da proponente, devidamente datilografado ou digitado, sem emendas, rasuras, entrelinhas, ou ambiguidade, contendo, no mínimo, as informações abaixo mencionadas, instruído com os documentos de habilitação para pré-qualificação, solicitados no item 4.3 deste Edital.

3.5.3. O pedido de credenciamento e os documentos de pré-qualificação apresentados pelas empresas interessadas de modo incompleto, rasurados, vencidos ou em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão considerados inaptos e devolvidos às interessadas caso não seja possível a sua regularização, podendo esta emendá-la, reapresentando-o durante a vigência deste Edital, depois de corrigidas as pendências ou irregularidades apontadas pela Comissão Permanente de Licitação.

3.5.4. Nenhum envelope será recebido após o horário e dias marcados para credenciamento.

3.5.5. A Comissão Permanente de Licitação não se responsabiliza pelos envelopes enviados pelo correio.

3.5.6. O Edital poderá ser adiado ou revogado por razões de interesse público, ou anulado por razões de ilegalidade, sem que caiba aos credenciados qualquer indenização por esses fatos, de acordo com o art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

### 3.6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.6.1 – Poderão participar empresas, emissoras de rádio com canal aberto e mídia televisiva que sejam geradoras - comerciais ou educativas - e que possuam sinal de transmissão no Município de Capivari de Baixo, bem como, portais de notícias com cobertura regional, jornal e revista impresso de circulação regional, para veiculação de propaganda institucionais da Prefeitura, que veiculem em sua grade, programas informativos, locais/regionais, com programação jornalística, prioritariamente voltada para Capivari de Baixo, e que preencham os requisitos exigidos neste Edital.

3.6.2 – A contratação para a prestação de serviços, oriunda do presente credenciamento, dar-se-á em igualdade de condições, buscando sempre o maior número de Credenciados interessadas que atendam as exigências deste Edital e que possam corresponder às expectativas da Prefeitura de Capivari de Baixo.

3.6.3 – O conteúdo das propagandas institucionais a serem veiculadas serão fornecidas pela Assessoria de Imprensa da Prefeitura de Capivari de Baixo.

3.6.4 – A publicidade institucional deverá ser veiculada de acordo com o planejamento de mídia e informações elaboradas pelas Secretarias e Gabinete do Prefeito.

3.6.5 – Constará no planejamento referido no item 3.6.4 deste Edital o número de inserções, dias das veiculações, bem como o formato da publicidade institucional, com base nas tabelas de preços e grades de programação, especificados no presente Edital, conforme demanda das Secretarias e Gabinete de Prefeito.

#### 4. PROCEDIMENTOS GERAIS DO CREDENCIAMENTO PÚBLICO

##### 4.1. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

4.1.1. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO exigidos no presente CHAMAMENTO PÚBLICO deverão ser apresentados em envelope fechado, indevassável e identificado. Os documentos deverão ser apresentados no seu original ou em cópia autenticada.

4.1.2. Não serão aceitas, posteriormente à entrega dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, complementações sob alegação de insuficiência de dados ou informações, salvo aquelas necessárias ao saneamento de falhas, ou, ainda, de correções de caráter formal no curso do procedimento.

4.1.3. Os documentos deverão ser apresentados em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, bem como, também não serão aceitos documentos em idioma estrangeiro.

##### 4.2. CREDENCIAMENTO DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMISSORA DE RÁDIO, JORNAL/REVISTA IMPRESSO, PORTAIS DE NOTICIA E MÍDIA TELEVISIVA

4.2.1. O representante da empresa interessada na presente chamada pública deverá apresentar perante a Comissão de Licitação, juntamente com seus documentos habilitatórios, carta de credenciamento, carteira de identidade ou outro documento equivalente, além da comprovação de sua representação, através de:

4.2.1.1. Instrumento de mandato que comprove poderes para praticar todos os atos referentes a este CHAMAMENTO PÚBLICO, tais como formular questionamentos, interposição e desistência de recurso, análise de documentos, acompanhado do(s) documento(s) que comprove(m) os poderes da outorgante.

a) Em se tratando de instrumento particular de mandato, este deverá ser apresentado com firma reconhecida.

b) Não serão aceitas procurações que contenham poderes amplos, que não contemplem claramente o presente CHAMAMENTO PÚBLICO ou que se refiram a outros procedimentos, processos de CREDENCIAMENTO, licitações ou tarefas.

4.2.1.2. Contrato social, estatuto social ou documento equivalente, nos casos de representante legal.

4.2.2. Os documentos de representação serão retidos pela COMISSÃO DE LICITAÇÕES e juntados ao processo do CHAMAMENTO PÚBLICO.

4.2.3. Será admitido no máximo 01 (um) representante credenciado por empresa.

4.2.4. A qualquer momento durante o processo de CREDENCIAMENTO, o interessado poderá substituir o seu representante credenciado desde que observados os procedimentos contidos no item 4.2.

4.2.5. A empresa especializada sem representante não poderá consignar suas observações, rubricar documentos, nem praticar os demais atos pertinentes ao chamamento público.

### 4.3. ENVELOPE 1 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.3.1. O “ENVELOPE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, deverá conter os documentos comprobatórios da capacidade jurídica, idoneidade financeira, regularidade fiscal e previdenciária, da empresa, especificados neste item.

#### 4.3.1.1. REGULARIDADE JURÍDICA:

4.3.1.1.1. No caso de sociedades comerciais/empresárias:

a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com as alterações vigentes, devidamente registrados, acompanhado de todas as alterações, se houver.

4.3.1.1.2. No caso de sociedade por ações:

a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado de todas as alterações, se houver; bem como documentos de eleição de seus administradores.

4.3.1.1.3. No caso de sociedades civis:

a) inscrição do ato constitutivo acompanhada de prova da diretoria em exercício.

4.3.1.1.4. No caso de sociedades simples:

a) ato constitutivo ou contrato social acompanhado da comprovação da diretoria em exercício e certidão expedida por órgão de Registro Público comprovando inscrição do ato constitutivo.

4.3.1.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País:

a) ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.3.1.2 – REGULARIDADE FISCAL:

4.3.1.2.1 – Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CNPJ).

4.3.1.2.2 – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do proponente, conforme segue:

4.3.1.2.2.1 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal por meio da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

4.3.1.2.2.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual por meio da apresentação da certidão(ões) negativa(s) ou positiva(s) com efeito de negativa(s), expedida(s) pela Secretaria do Estado da Fazenda do domicílio ou sede da licitante;

4.3.1.2.2.3 - Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal por meio da apresentação de certidão(ões) negativa(s) ou positiva(s) com efeito de negativa(s),

relativa(s) aos tributos mobiliários, expedida(s) pela Secretaria Municipal do domicílio ou sede da licitante.

4.3.1.2.2.4 - Prova de Regularidade Fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

4.3.1.2.2.5 - Prova de regularidade relativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em cumprimento à Lei n.º 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST n.º 1.470/2011, emitida por meio eletrônico pelo Tribunal Superior do Trabalho (<http://www.tst.jus.br/certidao>);

4.3.1.2.2.6 – Declaração (de acordo com o ANEXO VI) subscrita pelo representante legal da requerente de que atende ao art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988, para fins de pré-qualificação ao credenciamento.

#### 4.3.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

4.3.1.3.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou execução patrimonial, expedida pelo distribuidor da sede da interessada, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias, quando não constar expressamente do corpo da certidão, o prazo de validade da mesma.

4.3.1.4. Será considerada como válida pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da respectiva emissão, a certidão que não apresentar prazo de validade, exceto se indicada legislação específica para o respectivo documento, dispondo de forma diversa.

### 5. DO JUGAMENTO DO CREDENCIAMENTO

5.1. As empresas que atenderem a todos os requisitos previstos neste Edital de Credenciamento serão julgadas habilitadas na pré-qualificação e, portanto, credenciadas, na ordem de protocolo, respeitado os limites de credenciados especificados em cada item constante da tabela de preços (item 2.3 do Edital).

5.2. O credenciamento não estabelece qualquer obrigação do Município em efetivar a contratação do serviço, face à sua precariedade e, por isso, a qualquer momento, a credenciada ou o Município poderá renunciar ao credenciamento, inclusive quando for constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas

neste Edital, cujo deferimento, caso seja solicitado pela credenciada, deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

## 6. DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

6.1. Após publicação da homologação, dar-se-á início ao processo de contratação que será formalizado mediante instrumento de Contrato, com observância do disposto na Lei nº 8.666/93, demais condições previstas e neste Edital.

6.2. A contratação da credenciada somente ocorrerá por vontade do Município de Capivari de Baixo/SC, desde que a empresa esteja em situação regular perante as exigências habilitatórias para o credenciamento.

6.3. A credenciada, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da convocação, deverá comparecer à Prefeitura de Capivari de Baixo, cujo endereço consta no preâmbulo deste Edital, para assinatura do contrato, nos moldes da minuta que compõe o ANEXO V.

6.4. A recusa injustificada da credenciada em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido no item 7.3, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas e à aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

6.5. O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da empresa, credenciada pela Comissão Permanente de Licitação, no momento do credenciamento.

6.6. A contratação decorrente do credenciamento será publicada, em formato de extrato, no Órgão de Imprensa Oficial.

## 7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

7.1 – Os recursos necessários à realização dos serviços correrão à conta da dotação orçamentária prevista para o exercício de 2023.

## 8. DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As retificações do Edital por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações obrigarão a todos os credenciados, os quais serão comunicados por meio de entrega pessoal ou por meio de correio eletrônico.

8.2. A Prefeitura de Capivari de Baixo somente poderá revogar o procedimento de Credenciamento por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

8.3. Os interessados, ao participarem do Credenciamento, aceitam de forma integral e irrevogável todos os termos deste Edital e seus anexos, bem como as demais instruções que o integram.

8.4. As informações adicionais, se necessárias, serão fornecidas pela Comissão de Licitação, sito à Rua Ernani Cotrin, 187 – Centro – Capivari de Baixo, no horário das 7h00min as 13h00min.

8.5. Sempre que houver dúvidas de ordem legal, relacionadas aos termos deste Edital, as mesmas serão sanadas com fulcro na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores e, se submetidas ao Poder Judiciário, prevalecerá o Foro da Comarca de Capivari de Baixo/SC, promover diligências conforme disposto no § 3º, do art. 43, da Lei nº 8.666/93.

8.6. São de exclusiva responsabilidade das credenciadas os ônus e obrigações decorrentes das legislações tributária, previdenciária e trabalhista, inclusive os decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas.

8.7. Não serão considerados motivos para descredenciamento, simples omissões ou erros materiais nos documentos apresentados, desde que sejam irrelevantes, não prejudiquem o seu entendimento e, principalmente, o processamento do credenciamento.

8.8. Constam na Minuta do Contrato (ANEXO V), que é parte integrante deste Edital, as obrigações das partes, a forma de pagamento, o responsável pela fiscalização e as penalidades, dentre outros.

8.9. São anexos deste Edital, que dele fazem parte integrante:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II - Declaração de conhecimento da chamada pública;

Anexo III - Declaração de aceitação dos preços oferecidos pelo Município;

Anexo IV - Declaração de que Cumpre o Disposto no artigo 7º, XXXIII, da CF/88;

Anexo V - Minuta do Termo de Credenciamento.

Capivari de Baixo, 03 de maio de 2023.

**MARCIA ROBERG CARGNIN**  
Prefeita Municipal Interina

**WAGNER ZOPPELLARO**  
Secretário de Saúde

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1 - DO OBJETO.

Credenciamento de empresas, emissoras de rádio, jornais, revistas, portais de notícias e mídia televisiva com canal aberto, que sejam geradoras – comerciais ou educativas – e que possuam sinal de transmissão no Município de CAPIVARI DE BAIXO, bem como de jornal e revista impresso de circulação regional, para veiculação de propagandas institucionais da Prefeitura Municipal de Capivari de Baixo/SC, em conformidade com os anexos do Edital.

#### 1.2 - DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO.

1.2.1 - Credenciamento de empresas, emissoras de rádio e mídia televisiva com canal aberto, que sejam geradoras - comerciais ou educativas - e que possuam sinal de transmissão no Município de Capivari de Baixo, bem como, portais de notícias de abrangência regional, jornal e revista impresso de circulação regional, para veiculação de peças institucionais da Prefeitura, que tenham exibição em sua grade, programas informativos, locais/regionais, com programação jornalística, prioritariamente voltada para Capivari de Baixo e região, para a prestação de serviços de veiculação através de inserções de atos legais, programas de utilidade pública e campanhas institucionais de interesse do Município de Capivari de Baixo, objetivando levar à população da cidade, informações de conteúdo informativo e educativo e de orientação social, destinados a informar aos munícipes sobre os serviços, publicidade legal, institucional ou promocional de ações, eventos e serviços prestados pela Prefeitura de Capivari de Baixo, em conformidade com os anexos deste Edital.

1.2.2 – A publicidade deverá ser inserida em espaços a serem definidos pela Assessoria de Imprensa, conforme a demanda e a disponibilidade de programação de cada empresa.

#### 2 - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

2.1 – Os serviços serão executados durante a vigência do contrato, a partir da data do recebimento, pela Contratada, da Ordem de Serviço emitida pela Assessoria de Imprensa.

2.2 - As inserções/publicações da publicidade institucional serão distribuídas conforme a necessidade de abrangência das informações/ atos legais divulgadas e de acordo com planejamento de mídia realizado pelas Secretarias e Gabinete do Prefeito, através da Assessoria de Imprensa.

2.2.1 – A arte da publicidade institucional será fornecida pela Assessoria de Imprensa da Prefeitura de Capivari de Baixo.

2.2.2 – Constará no planejamento referido no item 2.2 deste Termo de Referência o número de inserções e dias das veiculações da publicidade institucional, especificados no contrato, após o credenciamento.

### 3 - DA JUSTIFICATIVA

O Município de Capivari de Baixo, objetivando promover um processo democrático de contratação de empresas para a veiculação de publicidade institucional, de cunho informativo e de orientação social e, seguindo os preceitos legais de transparência e isonomia, demonstrando claramente que não há preferência por A ou B, bem como oportunizando participação ampla das empresas locais e regionais, e ainda proporcionar o real alcance do objetivo das publicações, que é a eficácia do ato, porém com uma ampla disseminação.

A escolha da divulgação em rádio e jornal impresso levou em consideração as características peculiares destes veículos de informação, que permitirá alcance de forma mais eficaz, a um grande número de pessoas. Dentre estas características:

- meio democrático e popular;
- facilidade de compreensão da mensagem;
- linguagem simples e direta;
- público alvo amplo, independente de faixa etária, sexo ou classe social;
- transmissão acessível a toda população;
- grande abrangência nos lares;
- meio dinâmico que demonstra ação;
- grande concentração audiência.

Tendo em vista a natureza dos serviços prestados (campanhas educativas, informações de utilidade pública, comunicados e publicidade legal), necessário se faz a contratação

dos veículos de comunicação com abrangência no município, interessados em divulgar seus trabalhos.

#### 4 – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO.

4.1 – A vigência do contrato será até 31.12.2023, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme estabelecido pelo art. 57 da Lei n. 8.666/93.

#### 5 - DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO.

5.1 - Os recursos necessários à realização dos serviços correrão à conta da dotação orçamentária prevista para o exercício de 2023.

#### 6 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

6.1 – Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da liberação na nota fiscal pelo setor competente, mediante depósito bancário, em conta indicada pela Credenciada no ato da assinatura do contrato.

6.2 – A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas no Edital.

6.3 - No caso da não apresentação da documentação ou da prestação dos serviços em desacordo com as especificações e demais exigências da contratação, fica o Município, autorizado a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, à Credenciada, das penalidades previstas neste Termo.

6.4 - Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

#### 7 - DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO

7.1 - A execução da prestação dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela Assessoria de Imprensa, através de servidor especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

7.2. – A credenciada deverá fornecer relatório que comprove a veiculação dos serviços solicitados e o publico alcançado.

## 8 - DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA.

8.1 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em conformidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Credenciamento, devendo comunicar à Prefeitura/Comissão de Licitação, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção da contratação.

8.2 - Fornecer toda a mão de obra e equipamentos necessários à fiel e perfeita execução dos serviços.

8.3 - Responder pela correção e qualidade dos serviços, observando as normas éticas e técnicas aplicáveis, reparando, corrigindo, removendo, reconstruindo ou substituindo às suas expensas, no total ou em parte, esses serviços, quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução ou do emprego de materiais inadequados.

8.4 - Assistir às Secretarias e o Gabinete do Prefeito em todas as áreas afetas ao objeto da contratação.

8.5 - Garantir o cumprimento do contrato, executando o seu objeto conforme estabelecido.

8.6 - Arcar com todas as despesas relativas aos encargos tributários, fiscais, previdenciários, securitários e trabalhistas, que incidam ou venham incidir sobre a prestação dos serviços.

8.7 - Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre os serviços contratados, bem como cumprir, rigorosamente, todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas ao pessoal que

empregar para a execução dos serviços, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos.

8.8 - Responsabilizar-se única, integral e exclusivamente, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza que causar à Contratante ou a terceiros, provenientes da execução do objeto da contratação, respondendo por si ou por seus sucessores, ficando ainda sob sua responsabilidade, a fidelidade das informações a serem prestadas.

## 9 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 - Proporcionar à Credenciada condições para a fiel execução do objeto contratado.

9.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela Credenciada.

9.3 - Notificar a Credenciada, por escrito, acerca da aplicação de penalidade, garantindo-lhe a prévia defesa.

9.4 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Credenciada.

9.5 - Impedir que terceiros executem o serviço contratado.

9.6 - Efetuar o pagamento à Credenciada no prazo e condições estipuladas no item 7.1 deste Termo de Referência.

9.7 – A autoridade gestora da despesa habilitará, junto à Contratada, servidores autorizados a emitir requisições de fornecimento ou ordens de serviço, fiscalizando e atestando as faturas apresentadas pela Contratada.

## 10 - DAS PENALIDADES

10.1 - O descumprimento de qualquer cláusula contratual por parte da Credenciada, além das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, importará na aplicação de multa.

## 10.2 - Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas:

- a) 5% (cinco por cento) por 1 (um) dia de atraso na execução do objeto, calculados sobre o valor da contratação, por ocorrência;
- b) 10% (dez por cento) por 2 (dois) dias de atraso na execução do objeto, calculados sobre o valor da contratação, por ocorrência, com a possível rescisão contratual;
- c) 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, na hipótese da Credenciada, injustificadamente, desistir da contratação ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a Prefeitura, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

10.3 - O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado do pagamento devido pelo Município ou poderá ser pago por meio de guias próprias, emitidas pela Credenciante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação para o pagamento.

10.4 - A inexecução total da contratação importará na suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Direta ou Indireta, pelo prazo de até 2 (dois) anos, contados da aplicação de tal medida punitiva.

10.5 - A execução dos serviços fora das características originais também ocasionará a incidência da multa prevista no item 10.2, pois, nessa situação, a desconformidade de especificações equivalerá a não execução do serviço.

10.6 - As sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.7 - As penalidades previstas neste Termo de Referência poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério da Contratante, se entender a justificativa apresentada pela Credenciada, como relevante.

## 11 – DO DESCREDENCIAMENTO

11.1 - O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas neste Edital, ensejará, dependendo da gravidade ou dano acarretado, à contratante, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório, à sua imediata exclusão do rol de credenciados (descredenciamento), sem prejuízo de aplicação das demais sanções administrativas e civis previstas neste Projeto Básico e na legislação aplicável ao caso.

## 12 – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1 - A inexecução total ou parcial da contratação poderá ensejar sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

12.2 - A rescisão da contratação poderá ocorrer sob qualquer das formas delineadas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

**MARIO LATRONICO JUNIOR**  
Secretário Municipal de Gestão e Fazenda

## ANEXO II

### DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO CHAMADA PÚBLICA Nº 04/2023

Através do presente, a empresa \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, CNPJ n° \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_, com sede na  
\_\_\_\_\_, n° \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu  
representante legal/procurador, que ao final subscreve, DECLARA, sob as penas da Lei,  
que tem pleno conhecimento das condições para execução dos serviços, não podendo  
alegar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento  
do Termo de Credenciamento, bem assim, declara que terá a disponibilidade, de todos  
os meios necessários à execução dos serviços ora contratados.

Capivari de Baixo/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
(representante legal / procurador)

### ANEXO III

## MODELO DA DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O PREÇO FIXADO PELA ADMINISTRAÇÃO

### DECLARAÇÃO

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador do Documento de Identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_ DECLARA, sob as penas da Lei, que tem conhecimento do preço de R\$ **x.x.x.x.x** (**x.x.x.x.x.x.**) por (descrever o item ao qual se credenciará), fixados pela Administração Municipal.

LOCAL/DATA:

ASSINATURA:

NOME/CPF DO DECLARANTE

## ANEXO IV

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade de Chamada Pública nº. 04/2023 em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal de que não possuímos em nosso quadro funcional, pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos. Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Local e Data

Razão Social:

Nome do Representante Legal

Carimbo e Assinatura

## ANEXO V

### TERMO DE CREDENCIAMENTO

O MUNICÍPIO DE CAPIVARI DE BAIXO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 95.780.441/0001-60, sediada na Rua Ernani Cotrin, 187, Centro, neste ato representado pelo Prefeita Municipal Interina, Sra. MARCIA ROBERG CARGNIN e FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPIVARI DE BAIXO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 10.971.858/0001-57, sediada na Rua Ernani Cotrin, 187, Centro, neste ato representado pelo Secretário de Saúde do Município de Capivari de Baixo, Sra. WAGNER ZOPPELLARO, residente e domiciliado neste Município, doravante denominados de CREDENCIANTE e, \_\_\_\_\_, (qualificar), doravante denominada CREDENCIADA, tem justo e acordado este Termo de Credenciamento de conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, consubstanciado na Chamada Pública Nº. 04/2023, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO DE VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO DE RADIODIFUSÃO ATRAVÉS DE EMISSORA AM E FM, PUBLICAÇÃO DE JORNAL/REVISTAS IMPRESSO, PORTAIS DE NOTÍCIAS E MÍDIA TELEVISIVA PARA DIVULGAÇÃO DE MATÉRIAS INSTITUCIONAIS, EVENTOS, CAMPANHAS EDUCATIVAS, INFORMATIVAS E PUBLICAÇÕES LEGAIS DE INTERESSE PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CAPIVARI DE BAIXO/SC

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1. A publicidade institucional deverá ser veiculada de acordo com o planejamento de mídia elaborado pela Assessoria de Imprensa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO DO OBJETO



Av. Ernani Cotrin , 187, Centro  
88745-000 - Capivari de Baixo - SC

@prefeituracapivaridebaixo

@prefeituradecapivaridebaixo

48 3621



3.1 – Os serviços serão executados durante a vigência do contrato, a partir da data do recebimento, pela Contratada, da Ordem de Serviço emitida pela Assessoria de Imprensa.

3.2 - As inserções da publicidade institucional serão distribuídas de acordo com a análise e abrangência de alcance dos atos legais e informativos, de acordo com planejamento de mídia realizado pelas Secretarias e Gabinete do Prefeito, através da Assessoria de Imprensa.

3.2.1 – A arte da publicidade institucional será fornecida pela Assessoria de Imprensa da Prefeitura.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. O presente contrato tem o valor conforme segue na tabela abaixo, os quais serão solicitados de acordo com a demanda da CONTRATADA:


4.2. Os valores referidos no item 4.1 são finais, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídos nos mesmos todas as demais despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da CONTRATADA.

4.3. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: **x.x.x.x.x.x.x.x.**

4.4. O Município pagará mensalmente, à Contratada, somente o valor correspondente aos serviços autorizados dentro de cada mês.

4.4.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias corridos, após liberação da nota fiscal pelo setor competente, mediante depósito na seguinte conta bancária da

CONTRATADA: BANCO: \_\_\_\_\_ AGÊNCIA: \_\_\_\_\_ CONTA CORRENTE:  
\_\_\_\_\_

4.5. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas no Edital.

4.6. No caso da não apresentação da documentação de que trata o item 4.5 ou da prestação dos serviços estarem em desacordo com as especificações e demais exigências previstas neste Contrato, fica a CONTRATANTE autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, à CONTRATADA, das penalidades previstas neste mesmo instrumento.

4.7. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

4.8. O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejam o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

4.9. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta, em virtude de penalidade por inadimplemento, até que o total de seus créditos possa compensar seus débitos.

4.10. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer nota fiscal/fatura ou crédito existente na CONTRATANTE em favor da CONTRATADA. Caso a mesma seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

4.11. A CONTRATANTE poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela CONTRATADA, por força deste Contrato.

4.12. Durante o período de retenção, não correrão juros ou atualizações monetárias de quaisquer naturezas, sem prejuízo de outras penalidades previstas neste Contrato.

4.13. Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreção, serão devolvidos, e o prazo para pagamento contar-se-á da data de representação da fatura/ nota fiscal.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1. A vigência será até 31.12.2023, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite estabelecido por lei.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Credenciamento, devendo comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção da contratação.

6.2. Fornecer toda a mão de obra e equipamentos necessários à fiel e perfeita execução dos serviços.

6.3. Responder pela correção e qualidade dos serviços, observando as normas éticas e técnicas aplicáveis, reparando, corrigindo, removendo, reconstruindo ou substituindo às suas expensas, no total ou em parte, esses serviços, quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução ou do emprego de materiais inadequados.

6.4. Assistir à CONTRATANTE em todas as áreas afetas ao objeto da contratação.

6.5. Executar o objeto deste Contrato dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, respeitadas as normas legais e técnicas a ele pertinentes.

6.6. Arcar com todas as despesas relativas aos encargos tributários, fiscais, previdenciários, securitários e trabalhistas, que incidam ou venham incidir sobre a prestação dos serviços.

6.7. Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre os serviços contratados, bem como cumprir, rigorosamente, todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas ao pessoal que empregar para a execução dos serviços, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos.

6.8. Responsabilizar-se única, integral e exclusivamente, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza que causar à CONTRATANTE ou a terceiros, provenientes da execução do objeto da contratação, respondendo por si ou por seus sucessores, ficando ainda sob sua responsabilidade, a fidelidade das informações a serem prestadas.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Proporcionar à CONTRATADA condições para a fiel execução do objeto contratado.

7.2. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA.

7.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca da aplicação de penalidade, garantindo-lhe a prévia defesa.

7.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

7.5. Impedir que terceiros executem o serviço contratado.

7.6. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo e condições estipuladas no item 4.4 deste Contrato.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO, ALTERAÇÃO, INEXECUÇÃO OU RESCISÃO DO CONTRATO

8.1. Este contrato regular-se-á, no que concerne à sua execução, alteração, inexecução ou rescisão e, especialmente nos casos omissos, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e suas alterações posteriores, e pelos preceitos do Direito Público.

8.2. O contrato poderá, com base nos preceitos de Direito Público, ser rescindido pela CONTRATANTE, a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, não cabendo à CONTRATADA direito a qualquer reclamação ou indenização.

8.3. Das condições de execução:

8.3.1. O objeto deste Contrato deverá ser executado dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, respeitadas as normas legais e técnicas a ele pertinentes.

8.3.2. A CONTRATANTE poderá suspender, quando julgar conveniente, a execução total ou parcial dos serviços, comunicando previamente à CONTRATADA, num prazo não inferior a 03 (três) dias úteis.

8.3.3. A CONTRATADA deverá indicar, no ato da assinatura deste contrato e sempre que ocorrer alteração, um representante com plenos poderes para representá-la, administrativa ou judicialmente, assim como decidir acerca de questões relativas ao objeto deste contrato.

8.3.4. O representante deverá possuir o conhecimento e a capacidade necessários para responder pela CONTRATADA, bem como ter autonomia e autoridade para resolver qualquer assunto relacionado com o objeto contratual.

8.3.5. Para fins de comunicação com o seu representante a CONTRATADA informará à CONTRATANTE número de telefone ou outro meio de contato igualmente eficaz.

#### 8.4. Da alteração do Contrato:

8.4.1. O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da CONTRATANTE, apresentadas as devidas justificativas.

#### 8.5. Da inexecução e rescisão do Contrato:

8.5.1. O presente Contrato poderá ser rescindido:

a) por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;

b) por acordo entre as partes, reduzido a termo;

c) na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

8.5.2. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.5.3. Ocorrendo a rescisão deste contrato e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da CONTRATADA, a CONTRATANTE responderá pelo preço dos serviços estipulados na Cláusula Quarta deste contrato, devido em face dos serviços efetivamente executados pela CONTRATADA, até a data da rescisão.

8.5.4. Além das hipóteses anteriores, poderá a CONTRATANTE rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial ou pagamento de indenização, por falência, recuperação judicial, dissolução, insolvência da CONTRATADA e, em se tratando de firma individual, por morte de seu titular.

#### CLAUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento de qualquer cláusula contratual por parte da CONTRATADA, além das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, importará na aplicação de multa, conforme estabelecidas no item 9.2 deste contrato.

9.2. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas:

- a) 5% (cinco por cento) por 1 (um) dia de atraso na execução do objeto, calculados sobre o valor do Contrato, por ocorrência;
- b) 10% (dez por cento) por 2 (dois) dias de atraso na execução do objeto, calculados sobre o valor do Contrato, por ocorrência, com a possível rescisão contratual;
- c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese da CONTRATADA, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a CONTRATANTE, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

9.3. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado do pagamento devido pela CONTRATANTE ou poderá ser pago por meio de guias próprias, emitidas pela CONTRATADA, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação para o pagamento.

9.4. A inexecução total do contrato importará na suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Direta ou Indireta, pelo prazo de até 2 (dois) anos, contados da aplicação de tal medida punitiva.

9.5. A execução dos serviços em desacordo com as especificações previstas neste contrato também ocasionará a incidência da multa prevista no item 9.2, pois, nessa situação, a desconformidade de especificações equivalerá à inexecução do serviço.

9.6. As sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.7. O pagamento das multas aplicadas não exime a CONTRATADA da responsabilidade pelo cumprimento das obrigações a ela impostas por força do contrato.

9.8. As penalidades previstas no contrato poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério da Prefeitura, se entender a justificativa apresentada pela CONTRATADA como relevante.

#### CLAÚSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO

10.1. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela Assessoria de Imprensa, através de servidor especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

10.2. Ao fiscalizador da CONTRATANTE é assegurado o direito de realizar visitas de avaliações nas instalações da CONTRATADA e checar a eficiência dos serviços prestados pelos credenciados com a finalidade de acompanhar a fiel execução deste contrato.

10.3. O acompanhamento e a fiscalização de que trata o item 10.1 não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato.

10.4. A CONTRATANTE se reserva no direito de recusar os serviços executados que não atenderem às especificações estabelecidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Este contrato regular-se-á pela legislação indicada no preâmbulo e pelos preceitos de Direito Público, na forma do disposto nos artigos 54 e 55, inciso XII, da Lei nº 8.666/93.

11.2. Este contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação da CONTRATADA com terceiros, sem autorização prévia da CONTRATANTE, por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual.

11.3. A CONTRATANTE reserva-se no direito de paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução dos serviços contratados, mediante o pagamento único e exclusivo daqueles já executados.

11.4. A CONTRATANTE reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer produto ou serviço em desacordo com o previsto neste contrato ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindi-lo nos termos do previsto nos artigos 77 e seguintes da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento.

11.5. A CONTRATANTE, conquanto caiba à CONTRATADA supervisionar os serviços levados a efeito por seus funcionários, exercerá constantemente acompanhamento da prestação dos serviços, feito este que não exime ou atenua a responsabilidade da CONTRATADA no cumprimento das suas obrigações.

11.6. A CONTRATANTE reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços ofertados, obedecido o disposto no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

11.7. Qualquer tolerância por parte da CONTRATANTE, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela CONTRATADA, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor, todas as cláusulas deste Contrato e podendo a CONTRATANTE exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

11.8. Este Contrato não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a CONTRATANTE e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da CONTRATADA designadas para a execução do seu objeto, sendo a CONTRATADA a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na

legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

11.9. A CONTRATADA, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou qualquer encarregado, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto deste Contrato, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se à CONTRATANTE o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

11.10. A CONTRATADA guardará e fará com que seu pessoal guarde sigilo sobre dados, informações e documentos fornecidos pela CONTRATANTE ou obtidos em razão da execução do objeto contratual, sendo vedada toda e qualquer reprodução dos mesmos, durante a vigência deste contrato e mesmo após o seu término.

11.11. Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela CONTRATADA durante a execução do objeto deste contrato serão de exclusiva propriedade da CONTRATANTE, não podendo ser utilizados, divulgados, reproduzidos ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa autorização deste, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, nos termos da legislação vigente.

11.12. A inobservância dos prazos estipulados neste contrato ocasionará a aplicação das penalidades previstas neste mesmo instrumento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do Contrato, as partes elegem o foro da comarca de Capivari de Baixo - SC.

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em quatro vias de igual teor, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Capivari de Baixo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.



Av. Ernani Cotrin , 187, Centro  
88745-000 - Capivari de Baixo - SC

@prefeituracapivaridebaixo.official

@prefeituradecapivaridebaixo

48 3621



MARCIA ROBERG CARGNIN  
Prefeito Municipal Interina

WAGNER ZOPPELLARO  
Secretário de Saúde

CRENCIADA

XXXXXXXXXXXXXXXXX – Razão Social – CRENCIADA

XXXXXXXXXXXXXXXXX – Sócio Proprietário

TESTEMUNHAS:

1) Nome: \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_

2) Nome: \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_